



## Patrimônio digital em discussão na área de Ciência da Informação

**Cezar Karpinski<sup>I</sup>**

<http://orcid.org/0000-0003-2446-0653>

**Fernanda Barbizan Kressin<sup>II</sup>**

<http://orcid.org/0000-0001-8697-0232>

**Keitty Rodrigues Vieira<sup>III</sup>**

<http://orcid.org/0000-0001-8649-0765>

<sup>I</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil.

Professor Associado - Departamento de Ciência da Informação. Mestre e doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Membro do Grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental.

<sup>II</sup> Colégio Vila Olímpia - Florianópolis, SC, Brasil.

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>III</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil.

Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental - KOD (UFSC).

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/4336>

O objetivo do artigo é o de comparar a produção científica nacional sobre Patrimônio Digital indexada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) ao que se produziu em âmbito internacional e está indexado na Web of Science (WoS). Advém de pesquisa básica, qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e bibliográfico. O *corpus* de análise é de 34 artigos, 16 da BRAPCI e 18 da WOS, dos quais os principais resultados são: publicação escassa, mas constante desde 2005; 50% dos artigos publicados em periódicos Qualis A1; na comparação, o Brasil se

destaca em pesquisas básicas, problematizando o conceito de memória no ciberespaço. Na produção internacional, as pesquisas se detêm na realidade social do patrimônio digital e seu poder transformador na preservação e difusão da memória; a maior distinção se dá na forma de tratar o patrimônio digital como objeto de pesquisa, pois 37,5% das pesquisas no Brasil são de caráter aplicado, enquanto a produção internacional tem um índice de 77,8% neste quesito. Assim, torna-se necessário reforçar, no debate informacional brasileiro, o efeito dinâmico e catalizador do conceito de patrimônio na interface digital, fomentando novas pesquisas e divulgando projetos/iniciativas já existentes no escopo aplicado da área.

**Palavras-chave:** *Patrimônio cultural; Patrimônio digital; Ciência da Informação; Produção científica.*

## **Digital heritage under discussion in the area of Information Science**

The objective of the article is to compare the Brazilian scientific production on Digital Heritage indexed in the Reference Database of Journal Articles in Information Science (BRAPCI) to what has been produced internationally and is indexed in the Web of Science (WoS). It comes from basic, qualitative, exploratory, descriptive, and bibliographic research. The corpus of analysis consists of 34 articles, 16 from BRAPCI and 18 from WOS, of which the main results are: scarce publication, but constant since 2005; 50% of articles published in Qualis A1 journals; in comparison, Brazil stands out in basic research, questioning the concept of memory in cyberspace. In international production, research focuses on the social reality of digital heritage and its transforming power in the preservation and dissemination of memory; the biggest distinction is in the way of treating digital heritage as an object of research, as 37.5% of research in Brazil is of an applied nature, while international production has an index of 77.8% in

this aspect. Thus, it is necessary to reinforce, in the Brazilian informational debate, the dynamic and catalyzing effect of the concept of heritage in the digital interface, promoting new research and disseminating existing projects/initiatives in the applied scope of the area.

**Keywords:** *Cultural heritage. Digital heritage. Information Science. Scientific production.*

Recebido em 26.03.2020 Aceito em 10.02.2022

## 1 Introdução

Este artigo advém de uma reflexão iniciada por meio de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Biblioteconomia, defendido no ano de 2019. A proposta se iniciou no intuito de pesquisar quais os objetos, abordagens, temáticas e fontes de informação sobre Patrimônio Digital. Desde então, a pesquisa foi ganhando fôlego e o que se apresenta, neste momento, é fruto de um trabalho conjunto entre dois docentes e uma bibliotecária. De forma coletiva e integrada, estes profissionais se dispuseram a aprofundar os estudos sobre patrimônio digital e este trabalho é um dos primeiros resultados deste esforço.

De forma geral, discute-se a produção científica na temática do Patrimônio Digital em duas importantes bases de dados utilizadas no Brasil, uma nacional e uma internacional. Entende-se que este levantamento bibliográfico comparativo pode contribuir para a compreensão conceitual e sua aplicabilidade no campo da Ciência da Informação. A primeira justificativa se dá pela demanda crescente de reflexões e ações acerca de critérios e cuidados para a definição e compreensão deste tipo específico de patrimônio. Cada vez mais, os profissionais da informação são chamados a se pronunciar sobre o caráter digital e virtual da informação nas organizações que atuam.

Diante dessa realidade, questiona-se: o que a área da Ciência da Informação tem produzido sobre Patrimônio Digital no Brasil e no exterior? Quais as abordagens das publicações brasileiras e internacionais sobre o tema? Para responder a estas questões, o objetivo deste artigo é o de comparar a produção científica nacional sobre Patrimônio Digital indexada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) ao que se produziu em âmbito internacional e está indexado na Web of Science (WoS).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa que resultou este artigo se caracteriza como básica, exploratória, descritiva e de caráter qualitativo e o procedimento técnico adotado foi o de pesquisa bibliográfica, nos termos de Gil (2019) e Marconi e Lakatos (2017).

Os resultados apontam para a escassez de produção específica sobre a temática, tanto em âmbito nacional quanto internacional, demonstrando, assim, sua potencialidade tendo em vista o contexto digital e virtual da sociedade. No aspecto comparativo da produção nacional e internacional sobre o tema, este estudo constatou que não é possível ainda tecer afirmações contundentes sobre as tendências de pesquisa e análise. No entanto, foi possível perceber que, no Brasil, os termos correlatos se referem ao caráter social da memória e à necessidade de políticas que se voltem para a constituição patrimonial de bens digitais. Já nos países estrangeiros, são as questões tecnológicas da difusão, educação, acesso e preservação deste tipo de patrimônio que movimentam um número maior de pesquisas.

O artigo está estruturado em quatro seções, sendo a primeira as considerações iniciais da pesquisa, seu contexto e justificativa, a segunda o referencial teórico, a terceira a descrição dos materiais e métodos da pesquisa bibliográfica e, na última seção, os resultados das análises à amostragem. Destaca-se que, para a compreensão da cobertura temática do estudo, a seção dois é parte integrante de todo o processo analítico, uma vez que a compreensão dos aspectos teóricos da categoria determina a discussão qualitativa acerca dos dados coletados. Assim, por mais que os apontamentos de característica teórica não façam parte dos objetivos e resultados, deve ser entendido como a matriz de toda a pesquisa, especialmente pela característica da produção nacional que ainda carece de discussões básicas sobre as implicações do digital e do virtual como interfaces do patrimônio nacional.

## **2 Apontamentos teóricos pertinentes ao conceito de patrimônio digital**

As discussões atuais sobre o patrimônio cultural digital têm focado em estratégias, metodologias e tecnologias para desenvolvimento de ecossistemas de patrimônio digital para atender a emergência de cultura digital e virtual do Século XXI. Instituições curadoras de patrimônio cultural, tem promovido, cada vez mais, reflexões e ações sistemáticas para construção de bens culturais nato digitais, da mesma forma que buscam técnicas cada vez mais sofisticada de digitalização de patrimônio cultural custodiado em suportes convencionais. Ao que tudo indica, a transformação digital impulsionada pela experiência das multimídias do universo web, vem transformando a entrega, comunicação, interpretação

e transformação de conteúdo de heranças culturais (DIN; WU, 2015; BANFI, 2021).

Entre as discussões teórico-conceituais, se destacam, nos últimos anos, a ética e a sustentabilidade acerca do patrimônio digital. No primeiro caso, as questões levantadas dizem respeito aos critérios para seleção, tratamento e disponibilização de bens culturais no ambiente web. São objetos de estudo as obras de arte, os objetos de coleções particulares e, principalmente, os bens arqueológicos. De acordo com Coley (2015, p.14, tradução nossa),

As tecnologias digitais envolvem desmaterialização, compressão e acesso de alta velocidade, acesso não linear, manipulabilidade e mudanças qualitativas na produção, forma, recepção e uso das mídias.

Dessa forma, os padrões éticos precisam ser pensados num contexto diferente das tecnologias convencionais, uma vez que as perguntas 'tradicionais' acerca do patrimônio, como por exemplo, "quem é o dono do passado? O que é herança autêntica?", devem ser feitas "através das 'lentes' da tecnologia digital que fornece uma nova visão sobre as práticas patrimoniais existentes e emergentes" (COLEY, 2015, p.14, tradução nossa).

Já no campo da sustentabilidade do patrimônio digital, as reflexões conceituais se referem à preservação do conteúdo digital disponível em ambiente web. Desde 2003, por meio da '*Charter on the Preservation of the Digital Heritage*' da UNESCO, a discussão sobre a preservação do patrimônio digital passou a compor as políticas de preservação do patrimônio. Neste aspecto, a própria definição do conceito de patrimônio digital foi importante para o início das discussões sobre sua sustentabilidade.

O patrimônio digital consiste em recursos únicos de conhecimento e expressão humana. Abrange recursos culturais, educacionais, científicos e administrativos, bem como informações técnicas, jurídicas, médicas e outros tipos de informações criadas digitalmente ou convertidas em formato digital a partir de recursos analógicos existentes. Onde os recursos "nascem digitais", não existe outro formato a não ser o objeto digital (UNESCO, 2003, *online*, tradução nossa).

A partir desse conceito abrangente e inclusivo, a Unesco chama a atenção para a necessidade de refletir sobre constituição de uma tipologia patrimonial ainda não considerada como tal. Dessa forma, junto à herança cultural, material e imaterial, a humanidade passou a herdar também o

objeto digital, com características específicas capazes de ultrapassar as propriedades temporais e espaciais comumente atreladas aos seus bens culturais.

Embora a publicação da Unesco assuma um caráter histórico, as iniciativas de conservação dos objetos digitais são anteriores a essa recomendação. A partir de então, sociedade e estados passam a constituir políticas voltadas à proteção e preservação dos objetos digitais, tanto os nascidos neste suporte quanto os reformatados para sua representação no aspecto digital. Nos EUA, por exemplo, o *Council on Library and Information Resources (CLIR)* encomendou uma pesquisa em setembro de 2002 sobre as '*North American-based digital cultural heritage initiatives (DCHIs)*'. O objetivo da pesquisa foi identificar o escopo, o financiamento, a estrutura organizacional e a sustentabilidade dos DCHIs (ZORICH, 2003).

No Brasil, Lídia Eugenia Cavalcante discutiu com propriedade algumas das implicações da interface digital do patrimônio em dois artigos publicados no ano de 2007. De forma inaugural para a área de Ciência da Informação, a autora levantou as primeiras reflexões no âmbito conceitual trazendo a discussão para o campo da informação, da política, da cultura e diversidade (CAVALCANTE, 2007a). Além das incursões teóricas, a mesma autora apresentou um estudo de caso, descrevendo a potencialidade do patrimônio digital no que chamou de "uma viagem virtual de leitura por meio da exposição Cartes postales du Québec d'antan, que faz parte da Bibliothèque et Archives nationales du Québec" (CAVALCANTE, 2007b, p.99).

Assim, tem-se uma sequência de produções brasileiras explorando o aspecto teórico e as implicações do patrimônio digital na construção da memória social, por meio da difusão do patrimônio cultural em ambiente web. Nesse aspecto, emergem discussões sobre o digital, o virtual e a abrangência do conceito de patrimônio, suas apropriações e aproximações para a compreensão tanto do contexto histórico-conceitual quanto técnico-prático das ações que visavam reformatar e difundir o patrimônio cultural brasileiro.

## **2.1 A realidade virtual a partir da transformação digital**

Com o avanço tecnológico, a comunicação entre as pessoas passa a englobar tecnologias que vão além da comunicação oral e, com isso, surge a possibilidade de que essa tecnologia também seja capaz de estabelecer uma comunicação entre máquinas. Como Dodebei (2008, p. 28) menciona, são "dois mundos" que "[...] se apresentam entre a concretude do território e a virtualidade do espaço-temporal desterritorializado".

Lévy (2010) afirma que o 'espaço' virtual não se opõe ao espaço real nem ao material. O virtual é real e existe, porém, está

“desterritorializado”. O virtual é tudo aquilo que existe no ciberespaço, na internet. Já o digital é a tradução de uma informação, presente em qualquer suporte, para a linguagem numérica e lógica passível de representação pela máquina. Sendo assim, letras e sons são transformados em números, e imagens em *pixels*.

Seguindo esses princípios de Lévy, Dodebei (2011) afirma que digitalizar é transformar um objeto físico em um objeto digital, ou seja, é o processo pelo qual determinado patrimônio em suporte tradicional possa ser representado de forma digital.

Quanto aos objetos arquivísticos, observa-se, ainda, o emprego dos termos “eletrônico” e “digital”. Conforme a definição do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2016, p. 21), um documento digital é “[...] informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”. Já o documento eletrônico é “[...] informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico” (CONARQ, 2016, p. 21).

Conseqüentemente, o documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital. De maneira simplificada, é possível dizer que informações digitais são aquelas que passaram por um processo de digitalização e podem ser interpretadas e visualizadas no computador ou qualquer dispositivo eletrônico. Já as informações virtuais podem ser as digitais disponibilizadas na rede/internet como também aquelas que nascem no ciberespaço.

As reflexões sobre a digitalidade e virtualidade dos bens considerados patrimônios seguem ainda no aspecto distintivo do que nasce ou é transformado em suporte digital. É neste aspecto que as discussões se densificam tanto na Ciência da Informação quanto nas áreas das ciências humanas que se preocupam com o aspecto da memória e da história que se relacionam aos bens culturais, materiais e imateriais, que constituem o patrimônio de uma nação. Afinal, é possível considerar patrimônio digital as ‘cópias’ advindas da reformatação de objetos patrimoniais que, originalmente, se constituem dos suportes tradicionais?

Nesse sentido, a interface digital reconfigura novas discussões sobre um ‘velho’ e problemático conceito, o de patrimônio. Afinal, para a Unesco, como supracitado, considera-se patrimônio tanto o que nasce quanto o que se converte em digital. No aspecto conceitual, essa nova realidade impôs discussões acerca do valor dos bens culturais e do aspecto simbólico do patrimônio cultural ‘original’ e ‘reformatado’. Com técnicas cada vez mais avançadas de digitalização e da melhoria na qualidade de visualização dos dados na internet, o patrimônio cultural ganhou o ciberespaço e trouxe questões ainda mais complexas à categoria ‘patrimônio’.

## 2.2 Patrimônio, um conceito dinâmico

Sem dúvida, esta categoria é uma das mais difíceis de ser definida, devido à polissemia de sua compreensão e uso. Contudo, numa perspectiva histórica do conceito, pode-se dizer que, num primeiro momento o termo serviu para representar herança ou legado transmitido de pai para filho. Contudo, no decorrer da história, a noção de patrimônio foi, progressivamente, adquirindo outros significados e adquirindo novas características. (HARTOG, 2006).

A etimologia da palavra traduz a concepção de herança paterna. Já no ponto de vista jurídico refere-se a bens, materiais ou não, ações, direitos e qualquer coisa que pertença a uma pessoa ou organização e que possua valor econômico. Segundo Cavalcante (2007a, p. 154-155) a noção de patrimônio passou a agregar também “[...] experiências, tradições, produções e acontecimentos, que se estabelecem entre os sujeitos, compondo uma memória social [...]”. Esta afirmação levanta uma questão que ajuda a fomentar a discussão do conceito de Patrimônio Digital: a memória social registrada no ambiente virtual.

Gonçalves (2003, p. 25) lembra como o termo patrimônio é abrangente e muito utilizado no dia a dia, pois se refere a “[...] patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; [...] patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos”.

Somente após a Revolução Francesa que o significado deste termo foi ampliado e “[...] estendeu-se do privado, [...] para o conjunto dos cidadãos. Desenvolve-se a concepção de bem comum e, ainda, de que alguns bens formam a riqueza material e moral do conjunto da nação” (ABREU, 2003, p. 35). A partir desse momento, o patrimônio passa a ter um valor maior para a preservação da memória social.

Pode-se dizer que, no passado, havia uma sutil separação entre o bem cultural, o informacional e o documental. Dessa forma, a cultura pertencia aos museus, a informação à biblioteca e os documentos administrativos aos arquivos (DODEBEI; GOUVEIA, 2008). Contudo, quando começou a se discutir a preservação da memória social, esses “bens” passaram a se chamar patrimônio cultural.

A esfera da discussão sobre patrimônio expandiu a tal ponto que dificultou a delimitação de fronteiras conceituais. No entanto, autores como Choay (2006), Jeudy (2005), Benhamou (2016), Abreu e Chagas (2009), Poulot (2009), Thiesen (2013), Assmann (2011) contribuem significativamente para as discussões no Brasil. De forma prática, Granato, Ribeiro e Araújo (2018) trouxeram uma boa explanação sobre a abrangência e as possibilidades na adoção do conceito de patrimônio.

Trata-se de uma posição transversal e aberta à pluralidade de perspectivas conceituais:

A noção de patrimônio está ligada a um recorte que se faz da realidade, uma escolha, uma seleção com base em critérios pré-estabelecidos, socialmente compartilhados, e que são mutáveis no tempo e no espaço. Assim, algo selecionado no século XIX para ser preservado para o futuro pode ter seguido regras de seleção que não se coadunam com a realidade contemporânea. Por outro lado, escolhas feitas em território asiático podem diferir daquelas realizadas em terras brasileiras (GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018, p.204).

Em parte, o conceito é polissêmico também pelo fato de que a tipologia de patrimônios foi ampliada de tal forma que abrange tanto os bens materiais quanto os bens imateriais, dentre os quais se tem classificado o “patrimônio digital”.

### **2.3 A interface digital do patrimônio: contextos e perspectivas**

Esta ‘nova’ categoria de patrimônio é constituída por bens culturais criados somente em ambiente virtual ou por bens duplicados na representação da *web*. A discussão sobre o patrimônio digital aparece pela primeira vez durante a 32ª Conferência da Unesco, em 2003, em que se discutia o conceito de patrimônio imaterial. Nesta convenção, a Unesco definiu como “patrimônio cultural imaterial”

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, p. 4).

É significativo o fato de a Unesco ter trazido à discussão no mesmo evento a Carta do Patrimônio Imaterial e um projeto de Carta para o Patrimônio Digital. Isso demonstra certa tendência em considerar o segundo uma subclasse do primeiro. Em seu preâmbulo, o documento acerca da necessidade de se conservar o patrimônio digital é uma declaração de princípios, cujo objetivo é ajudar os estados membros a definir suas políticas nacionais e atender ao interesse público para a preservação e o acesso ao patrimônio digital.

O Patrimônio Digital abrange inúmeras tipologias documentais e que precisam ser preservados, conforme definiu a Unesco em 2003:

[...] incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas Web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles geralmente são passageiros e requerem produção, manutenção e gerenciamento intencionais para serem preservados. Muitos desses materiais são de valor e significância duradouros, e por isso constituem um patrimônio que deve ser protegido e preservado para as gerações atual e futura. Este patrimônio existe em qualquer língua, parte do mundo, e em qualquer área do conhecimento e expressão humanos. (UNESCO, 2003, p 13, tradução nossa).

Diante dessa constatação, depreende-se que o avanço tecnológico não transformou apenas a forma como as pessoas se comunicam e se relacionam, mas também sua percepção do mundo e da sociedade ao seu redor. Dodebei (2011, p. 3) completa dizendo que “[...] o conceito em uso de patrimônio digital tangencia a ideia de patrimônio virtual, quer dizer, o patrimônio intangível ou imaterial circulando na web, em contraposição ao conceito de patrimônio edificado, de ‘pedra e cal’”.

A partir das reflexões de Dodebei (2008), é possível inferir que os adjetivos “virtual” e “digital” modificam o conceito de patrimônio, especificando-o com propriedades criadas no âmbito da filosofia (Virtual) ou no âmbito da Cibernética (Digital). O conceito de patrimônio sofre também outras transformações produzidas pelas novas dimensões de tempo e de espaço do mundo organizado pelas redes de computadores, especialmente em relação aos atributos de acumulação, permanência e integridade.

Ao verificar a bibliografia, percebe-se que o conceito de patrimônio digital é recente e está aberto a discussões, pois encontra-se ainda em construção. Como foi discutido anteriormente, existe diferença entre o digital e virtual e isso afeta a conceitualização de patrimônio digital. Contudo, Dodebei (2008, p. 28) ainda afirma que, ao “[...] transformar textos, sons e imagens em bytes, a digitalização facilita a compreensão de que a dicotomia do atributo matéria aplicado ao patrimônio é uma construção não essencial de natureza operacional”. Assim, o valor patrimonial dos objetos não pode ser auferido essencialmente à sua matéria física.

Portanto, ao tratar dos conceitos de patrimônio digital percebe-se a necessidade de explicar e determinar se existem diferenças entre digitalização e a criação digital de determinado patrimônio. Ao digitalizar determinado acervo de um museu, por exemplo, criando um museu virtual, amplia-se a capacidade de divulgação daquele patrimônio. Neste caso, o patrimônio físico já existe. O digital é usado como uma representação ou uma simulação do físico.

O segundo caso é o patrimônio nascido em suporte digital. Aí entram todos os tipos de informações em forma de texto, imagens, vídeo e uma série de documentos criados digitalmente, seja por meio de aparelhos digitais, tais como câmeras fotográficas, *tablets*, computadores ou celulares, ou pela própria *internet*.

Das discussões apresentadas até aqui, entende-se o patrimônio cultural digital como: a reformatação digital de bens culturais, sejam estes materiais ou imateriais, protegidos ou não por instituições de salvaguarda; a organização e o gerenciamento de acervos digitais, que podem estar disponíveis para acesso na internet; o uso de ferramentas digitais para coleta de dados, obtendo maior alcance e precisão em comparação ao desempenho de aparelhos analógicos; as interações e os conteúdos produzidos na internet relacionados a bens patrimoniais; e o patrimônio de gênese digital.

As políticas de preservação devem estabelecer os parâmetros para determinar o que é ou não patrimônio. A preservação do patrimônio também precisa passar por um processo de seleção, pois nem tudo será preservado. Ao preservar esse patrimônio, garante-se o acesso à memória social de um povo em uma época regida pela internet e registrada em servidores que podem deixar de existir a qualquer momento. É preciso destacar ainda que o patrimônio digital deve garantir democraticamente a diversidade de línguas e culturas, buscando preservar identidades e diversidades para garantir a salvaguarda de memórias nitidamente frágeis.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

Em termos metodológicos, a pesquisa realizada para subsidiar este artigo foi básica quanto à sua finalidade, qualitativa no tocante à abordagem, exploratória e descritiva quanto aos objetivos e tendo a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico. (GIL, 2019 ; MARCONI E LAKATOS, 2017 ; MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2013 ; LIRA, 2014)

Considerando os objetivos desta pesquisa, optou-se por levantar fontes de informação que possibilitassem discussões sobre patrimônio digital na área de Ciência da Informação. Não foi intenção realizar uma busca sistemática em todas as bases de dados disponíveis, mas apenas em fontes que trouxessem subsídios para comparação entre o que se produz no Brasil e em outros países acerca da temática. Dessa forma, as estratégias de busca se basearam em métodos comumente adotados pela técnica da pesquisa bibliográfica, definindo como bases de dados a BRAPCI, de caráter nacional, e a WOS, de caráter internacional.

As duas bases foram selecionadas porque, após um pré-teste, foram as que mais trouxeram resultados positivos para o cumprimento dos

objetivos.<sup>1</sup> Os termos de busca foram “patrimônio digital” e “*digital heritage*”, entre aspas, sem recorte temporal. Para a WOS, incluíram-se como filtros a área *Library and Information Science* e os documentos *open access*. As buscas foram realizadas no dia 14 de outubro de 2021 em ambas as bases de dados. O Quadro 1 apresenta as etapas da pesquisa e os critérios de seleção dos artigos:

Quadro 1. Resultados das pesquisas nas bases de dados

BRAPCI			WOS			
Termo	Filtros		Termo	Filtros		
	Campo	Data				
“patrimônio digital”	todos	todas	“digital heritage”	sem	art. o.a.	LIS
<b>Recuperados</b>	<b>28</b>		<b>Recuperados</b>	<b>968</b>	<b>230</b>	<b>19</b>
Excluídos			Excluídos			
Não artigos	Duplicatas	Estrangeiros	Duplicada			
05	03	04	01			
<b>Selecionados: 16</b>			<b>Selecionados: 18</b>			

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Na BRAPCI, com o termo “patrimônio digital”, no campo “todos” e sem recorte temporal, foi recuperado um total de 28 documentos. É importante destacar que o período de cobertura desta base vai de 1972 até 2021 (ano desta busca). Do total recuperado, cinco foram excluídos por não se tratar de artigos (um se referia a uma carta do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e quatro à anais de eventos), três estavam duplicados e quatro se referiam a publicações estrangeiras. Dessa forma, o total de artigos selecionado para análise nesta base foi de 16.

Na WOS, o termo “*digital heritage*” na busca livre, ou seja, busca por documentos em todos os campos, recuperou 968 documentos. Em seguida, aplicou-se o filtro “*open access*” e área “*Library and Information Science*”, diminuindo o número de documentos para 19. Por fim, verificou-se uma duplicata de artigo já constante na busca efetuada na BRAPCI, totalizando, então, uma seleção de 18 artigos para análise.

<sup>1</sup> Além das duas bases selecionadas, o pré-teste incluiu a Scientific Electronic Library Online (SciELO), Red de revistas científicas de Acceso Abierto no comercial propiedad de la academia (Redalyc), Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA) e Scopus

Sendo assim, o *corpus* para análise da pesquisa foi de 34 artigos, sendo que 16 advém de pesquisas realizadas no Brasil e 18 de pesquisas realizadas no exterior. A partir da seleção, todos os documentos foram tratados a partir de instrumentos constituídos especificamente para esses dados. Foram utilizadas planilhas do Microsoft Excel para tabulação, análise e apresentação dos dados, além de fichamento do conteúdo de cada artigo. O Quadro 2 apresenta os instrumentos da pesquisa.

Quadro 2. Instrumentos de coleta, análise, tabulação e fichamento

Cod. artigo	Autor	Título	Ano	Base	País	Instituição 1º autor	Link	Data de acesso

Código do artigo	Palavras - Chave

Código do artigo	Resumo

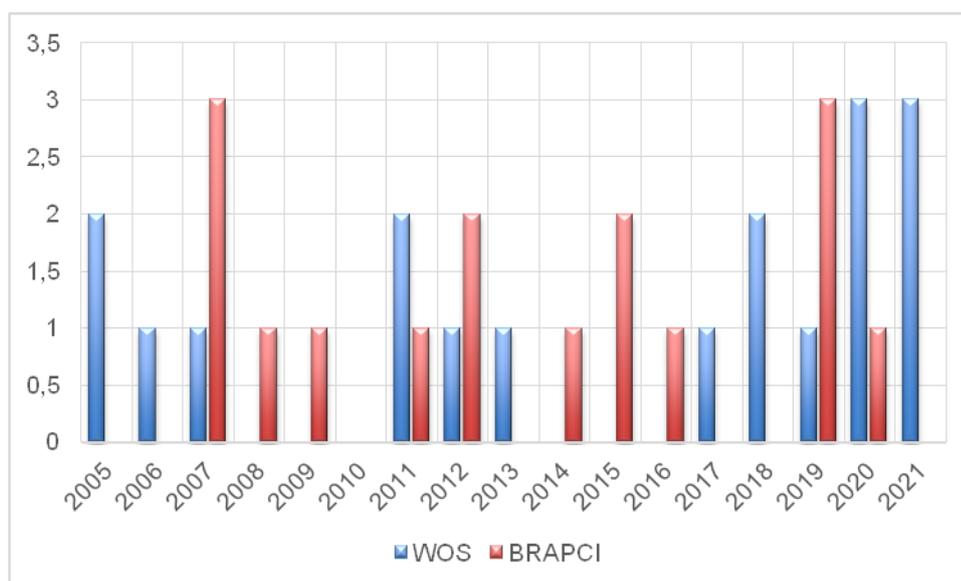
Código do artigo	Fontes e metodologia

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

### 3 Resultados: Apresentação e Discussão

O primeiro resultado é a quantidade de produção científica sobre a temática. Em ambas a bases, existem poucos artigos que apresentam reflexões ou pesquisas específicas sobre patrimônio digital. A primeira publicação data de 2005 e, desde então, foram 34 artigos publicados nas duas bases, sendo 16 na BRAPCI e 18 na WOS, o que perfaz a média de dois artigos por ano. A primeira publicação é da WOS, sendo que no Brasil o primeiro artigo data de 2007. Já as últimas publicações são de 2021 na WOS e 2020 no Brasil. Desta forma, percebe-se que as pesquisas acerca da temática emergem a partir da segunda metade da década de 2000 e permanecem até o presente.

Gráfico 1. Produção por ano em cada base



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A produção é pequena, mas constante, exceto no ano de 2010 que não apresenta nenhuma ocorrência. No Brasil, verifica-se dois picos de publicação, o primeiro em 2007, ano em que iniciaram as publicações sobre o tema, e 2019, ambos com três artigos publicados. Já na produção internacional, o pico de produção se deu em 2020 e 2021, com três publicações em cada ano. Não há como determinar os fatores deste fenômeno, porém, pode ser um indício de que a partir de 2020 há uma tendência de crescimento, pelo menos nas revistas internacionais indexadas na WOS.

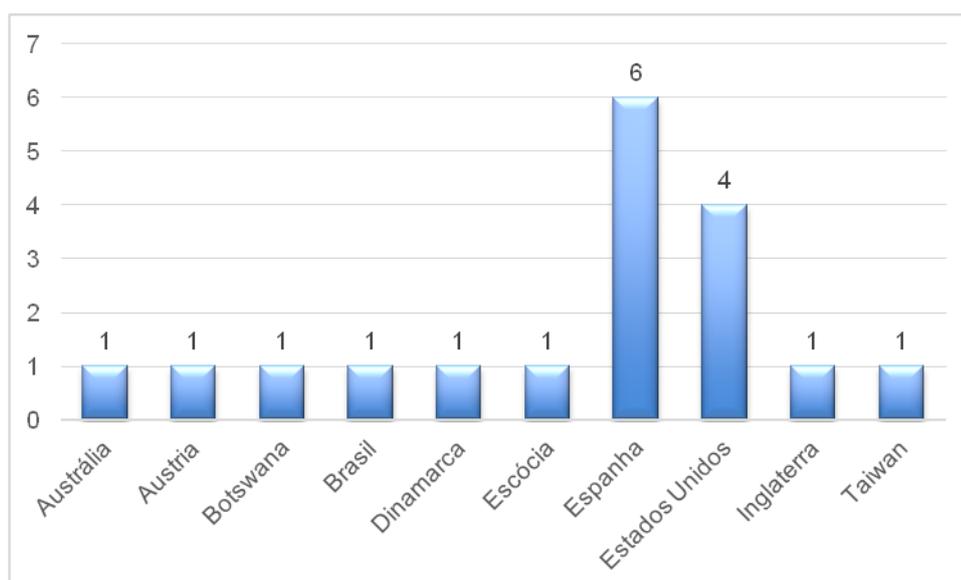
Quanto à autoria dos artigos indexados nas duas bases, poucos são os autores que permanecem publicando especificamente sobre a temática. No Brasil, as autoras que mais publicaram foram Vera Lúcia Dodebei e Lídia Eugenia Cavalcante, ambas com dois artigos de autoria individual cada. Porém, Dodebei apresenta uma terceira publicação, em parceria. O que chama a atenção, neste caso, é que Cavalcante entra no ranking com dois artigos publicados no mesmo ano, 2007, e, depois disso, não publica mais artigos específicos sobre patrimônio digital. Já Dodebei publica em 2008, 2009 e 2011, quando não mais são encontrados artigos sob sua autoria que tenham como termo de recuperação "patrimônio digital".

Da mesma forma, no cenário internacional apenas um autor publicou mais de um artigo. Trata-se de Ciro Lluenca, Professor na Universidade de Barcelona que coordenou o projeto Patrimônio Digital da Catalúnia (PADCAT), cujos resultados publicaram-se em dois artigos indexados na WOS, o primeiro de autoria individual, em 2006, e o segundo em autoria compartilhada, em 2010. Nesse aspecto, não foi

possível identificar autoridades com publicações constantes e específicas sobre Patrimônio Digital.

No tocante aos países representados na produção científica analisada, além do Brasil que constitui a nacionalidade de todos os autores indexados na BRAPCI, destacam-se os EUA e a Espanha. Para computo da nacionalidade, optou-se em apresentar apenas os países dos autores cujos artigos foram selecionados da WOS.

Gráfico 2. Distribuição da produção internacional por países

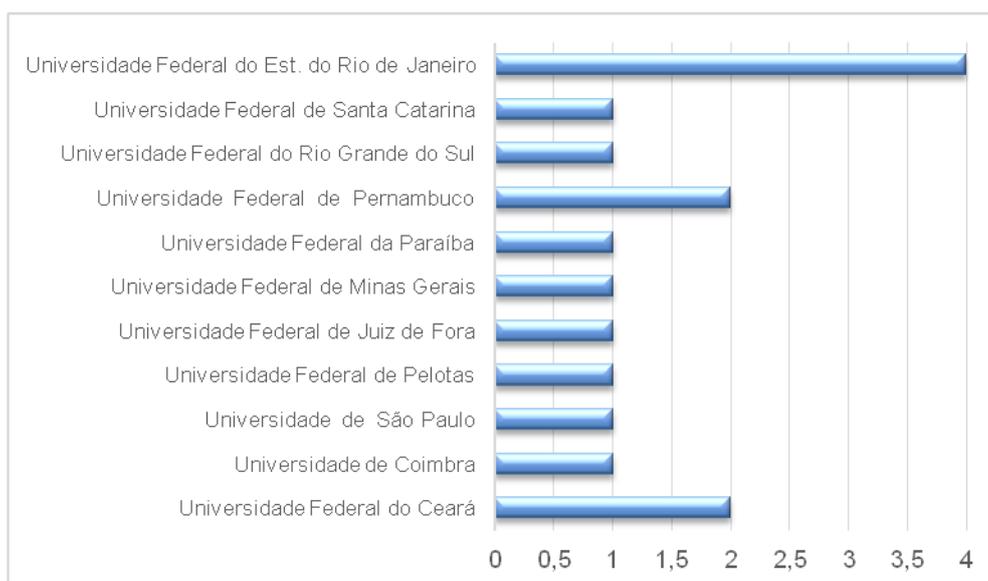


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Das seis publicações espanholas, três são da Universidade de Barcelona, dois são da Universidade Complutense de Madrid e um é da Universidade de León. Nos EUA, a produção está distribuída igualmente com um artigo cada: Universidade do Texas; Biblioteca do Congresso; Sociedade Americana dos Arquivistas; Universidade de Wisconsin-Milwaukee (uma parceria institucional dos EUA com a África do Sul). O Brasil está contemplado em um dos artigos indexados na WOS, de autoria de Carlos H. Marcondes, da Universidade Federal Fluminense. Dos demais países com uma publicação na WOS, cinco autores estão vinculados à universidades (Botswana, Dinamarca, Escócia, Inglaterra e Taiwan), uma à Biblioteca Nacional (Austrália) e uma à Instituto de História Contemporânea (Áustria)

Da publicação brasileira, é variada a afiliação institucional dos autores, com destaque para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com quatro artigos indexados. Além da UNIRIO, destacam-se as Universidades Federais de Pernambuco (UFPE) e do Ceará (UFCE), ambas com dois artigos cada, conforme verifica-se no Gráfico 3.

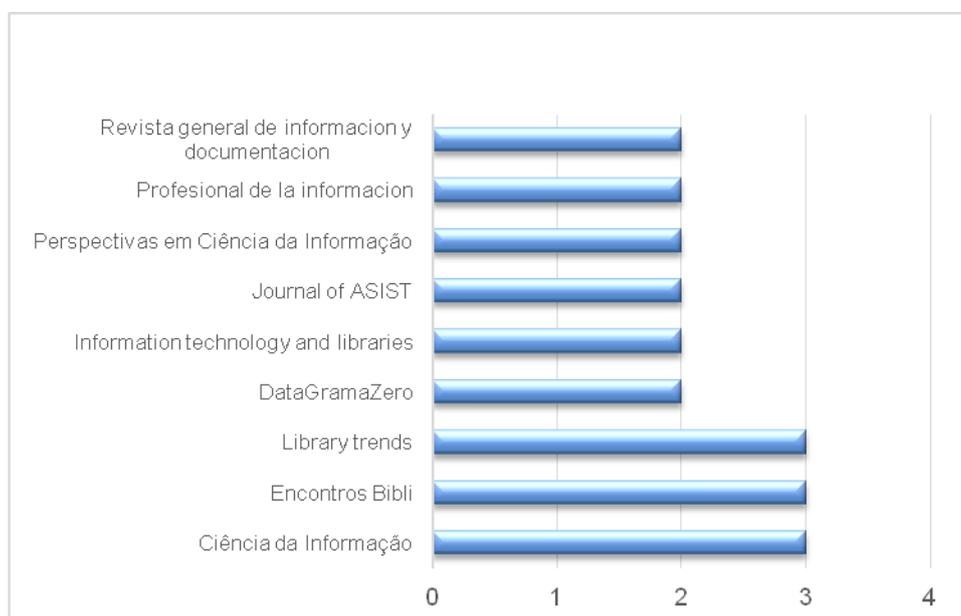
Gráfico 3. Instituição de vínculos dos autores da produção nacional



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Das revistas que publicaram os artigos analisados, são 12 os títulos que compõem o cenário internacional e 10 títulos do cenário nacional. Destas, selecionou-se aquelas que publicaram mais de dois artigos cada para descrição no Gráfico 4.

Gráfico 4. Revistas com mais de dois artigos publicados



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No Brasil, as revistas que mais publicaram sobre a temática foram a Encontros Bibli, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, e a Ciência da Informação, do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), ambas gratuitas e de acesso aberto. No

cenário internacional, a revista que mais publicou foi a Library Trends, da Universidade de Illinois, publicada pela Johns Hopkins University Press.

Quanto à representatividade dos periódicos que publicaram artigos sobre patrimônio digital para a área de Ciência da Informação, fez-se a análise da classificação de todas as revistas no 'Qualis Capes'. Esse sistema é utilizado, no Brasil, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o objetivo de classificar a produção relacionada à publicação de artigos científicos de docentes e discentes de programas de pós-graduação. Nesse sentido, apresenta-se o quadro abaixo (Quadro 3) com as análises à plataforma sucupira, classificação de periódicos para a área de Comunicação e Informação do quadriênio 2013-2016, última versão disponibilizada (CAPES, 2020).

Quadro 3. Qualis e quantidade de artigos publicados por periódico

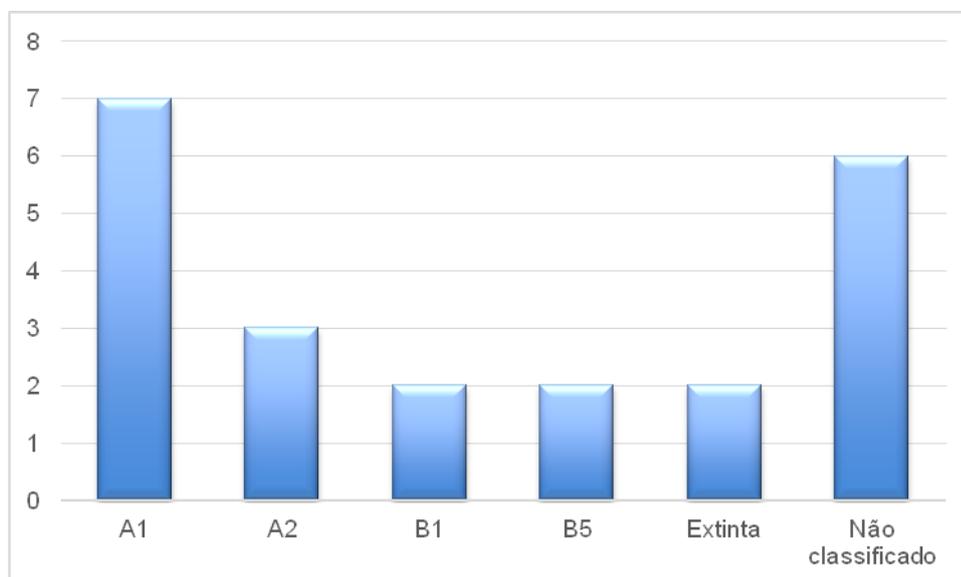
BASE	Revista	Qualis	Artigos publicados
BRAPCI	Arquivística.net	extinta	1
	Biblionline	B5	1
	Ciência da Informação	B1	3
	DataGramaZero	extinta	2
	Encontros Bibli	A2	3
	Informação & Informação	A2	1
	Informação & Sociedade: Estudos	A1	1
	Liinc em revista	B1	1
	Memória e Informação	não clas.	1
	Perspectivas em Ciência da Informação	A1	2
WOS	Aslib Proceedings	não clas.	1
	Collection Building	não clas.	1
	Information technology and libraries	não clas.	2
	Journal ASIST	A1	2
	Journal of documentation	A1	1
	Knowledge organization	A1	1
	Library trends	não clas.	3
	Profesional de la información	A1	2
	Publications	B5	1
	Revista española de documentación científica	A1	1
	Revista general de información y documentación	A2	2
	South African Journal of information management	não clas.	1

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os 34 artigos analisados foram publicados em 22 periódicos distintos. Deste total, dez são revistas brasileiras, das quais duas encerraram seus processos editoriais e uma não está classificada. O número de revistas estrangeiras soma 12, das quais cinco não apresentam classificação no Qualis Capes. Dessa forma, o total de revistas classificadas para a área de Comunicação e Informação é de 14, contando

com uma classificação variada que abrange extratos de A1 a B5. No entanto, metade desses periódicos possui extrato Qualis A1, o mais representativo na classificação, seguidos pelos extratos A2, B1 e B5.

Gráfico 1. Extrato Qualis dos periódicos que publicaram os artigos



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os dados do Gráfico 5 mostram que a temática tem proeminência de publicação em revistas de excelência para a área de Ciência da Informação, em especial as revistas estrangeiras no tocante ao Qualis A1. Já no Brasil, a maior incidência em revistas Qualis A2 e B1 é também representativa, uma vez que importantes revistas da área de Ciência da Informação estão classificadas neste extrato, como, por exemplo, as revistas *Encontros Bibli* e *Informação & Informação*, que possuem Qualis A2, e *Liinc em Revista* e *Ciência da Informação*, ambas com Qualis B1.

No tocante às análises aos resumos e palavras-chave, percebeu-se uma acentuada distinção entre a produção nacional e internacional. As principais diferenças estão nos objetos de estudo, nas temáticas de pesquisa e na abordagem metodológica. Quanto aos objetos de estudo, a produção internacional é fomentada por estudos de caso e relatos de experiência de pesquisa envolvendo o patrimônio digital. Já a produção brasileira se concentra na discussão conceitual e nas implicações hermenêuticas da categoria “digital” e “virtual” aplicadas ao conceito de patrimônio.

De forma detalhada, a análise às palavras-chave já é relevante quanto às temáticas e objetos de estudo sinalizados pelos autores como representativos de sua pesquisa. Dos 18 artigos da WOS, 10 contam com palavras-chave que, juntas, somaram 55 termos. Deste total, os descritores que apareceram mais de uma vez foram: *digital heritage*,

*cultural heritage, participatory heritage, digital repositories, digital preservation, digital libraries, digitization e web archives*. Dos 16 artigos da BRAPCI, todos possuem palavras-chave, somando um total de 68 termos. Deste número, os descritores que apareceram mais de uma vez foram: Patrimônio Digital; Memória; Preservação; Livro e leitura; Ciência da Informação; Exposição virtual; Instagram; Museus. A análise comparativa às temáticas das pesquisas ficou prejudicada pela falta de descritores em oito artigos da WOS. Sendo assim, optou-se em descrever, no Quadro 4, o quantitativo dos termos nas duas bases de dados.

Quadro 4. Quantitativo dos termos com duas ou mais ocorrências

BRAPCI		WOS	
TERMO	QTD	TERMO	QTD
Patrimônio Digital	11	Digital heritage	4
Memória	10	Cultural heritage	3
Preservação Digital	6	Participatory heritage	3
Livro e leitura	4	Digital repositories	3
Ciência da Informação	3	Digital preservation	2
Exposição virtual	2	Digital libraries	2
Instagram	2	Digitization	2
Museus	2	Web archives	2

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

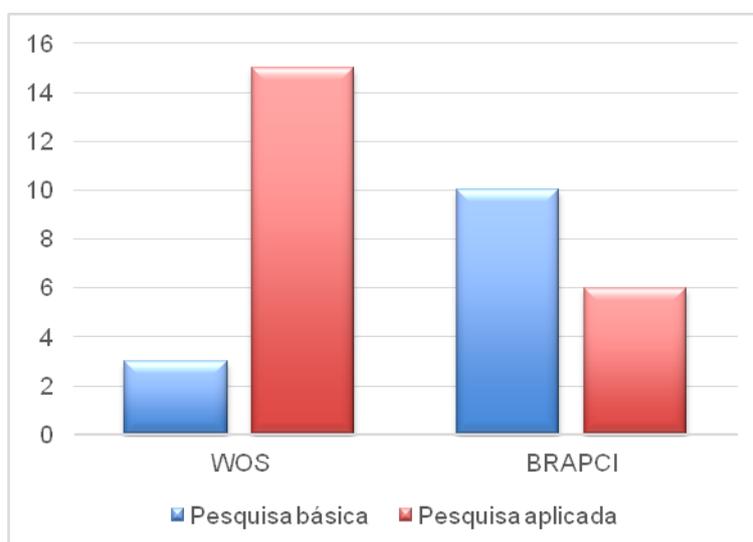
No comparativo, apenas dois termos são comuns na produção nacional e internacional: Patrimônio digital e Preservação Digital. Especificamente, a produção nacional apresenta uma predominância de ocorrências voltadas a aspectos teóricos, especialmente na relação do patrimônio digital e sua preservação com os conceitos de memória e ciência da informação. Já os assuntos que podem representar pesquisas no aspecto aplicado, vê-se a aproximação da temática aos museus virtuais, tendo em vista os termos museus, exposição virtual e Instagram que, neste caso, se refere ao uso de redes sociais para pesquisa e difusão de informação museológica.

Já na produção internacional, predomina a ocorrência de termos correlatos às pesquisas aplicadas, como é o caso de *participatory heritage, digital repositories, web archives, digital libraries e digitization*. A exceção neste aspecto é o termo *cultural heritage*, que pode representar a

aproximação com aspectos teóricos que tensionem o aspecto cultural e, principalmente, as representações sociais do patrimônio digital, o que não se percebe, pelo menos nos termos descritores, na produção nacional.

Um fator que contribui para a diferenciação dos objetos e temáticas das pesquisas voltadas ao patrimônio digital nas produções nacionais e internacionais é a finalidade das pesquisas no aspecto metodológico. A análise dos resumos mostrou a predominância de pesquisas aplicadas na produção da WOS (83,3%) e de pesquisas básicas na produção da BRAPCI (cerca de 62,5%). Esse fator demonstra que, enquanto no Brasil as discussões se dão em termos teóricos, conceituais e bibliográficos, na produção internacional apresentam-se os resultados de estudos de caso e experiências no trato do patrimônio digital.

Gráfico 2. Comparativo das pesquisas quanto à finalidade



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os dados do Gráfico 6 mostram que dos 18 artigos analisados na WOS, três estão relacionados à pesquisa básica e 15 à pesquisa aplicada. Já os resultados da BRAPCI mostram que, dos 16 artigos analisados, 10 advêm de pesquisa básica e seis de pesquisa aplicada. Estes dados iniciais carecem de maior aprofundamento a fim de que sejam precisas as constatações acerca da finalidade e objeto das pesquisas. Contudo, há de se levar em conta que a diferença acentuada entre o número de pesquisas básicas e aplicadas no comparativo do universo analisado é um resultado significativo.

Os dados apontam também para a supremacia de pesquisas de abordagem qualitativa na produção analisada: dos 16 artigos selecionados da BRAPCI, todos possuem abordagem qualitativa; dos 18 artigos analisados da WOS, apenas um possui a abordagem quantitativa. Assim,

33 dos 34 artigos que compõe o *corpus* de análise advêm de abordagem qualitativa. Dessa forma, a classificação metodológica das pesquisas que resultaram nos artigos recuperados sobre patrimônio digital pode ser descrita da seguinte forma:

Quadro 5. Classificação metodológica das pesquisas

Finalidade/Abordagem	WOS		BRAPCI	
	artigos	%	artigos	%
Aplicada/Qualitativa	14	77,8	6	37,5
Aplicada/Quantitativa	1	5,6	0	0,0
Básica/Qualitativa	3	16,7	10	62,5
TOTAL	18	100,0	16	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os dados mostram que, na área da Ciência da Informação internacional, as experiências desenvolvidas em pesquisas aplicadas, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, aproximam os pesquisadores do objeto no seu *lócus*, ou seja, na implicação social do patrimônio digital. Assim, os artigos advindos de relatos de experiência ou estudos de caso específicos demonstram o alcance simbólico do patrimônio digital, pelo menos em comunidades ou sociedades específicas. Além disso, a descrição das formas de tratamento ao patrimônio digital em projetos ou objetos particulares expandem a possibilidade de estudos e potencializam práticas semelhantes em outras realidades.

No âmbito das pesquisas aplicadas e qualitativas da WOS, destacam-se os seguintes campos de investigação: preservação; tecnologias; inserção social do patrimônio digital; instrumentos de organização do conhecimento. No Quadro 6, descrevem-se, de forma sumária, as pesquisas desenvolvidas.

Quadro 6. Pesquisas aplicadas e qualitativas na produção da WOS

Inserção social do patrimônio digital	<p>Estudos de casos escoceses sobre formação, preservação e difusão de acervo digital em uma comunidade local (TAIT et al., 2020) e sobre a criação de um repositório digital de filmes e imagens em movimento de uma comunidade local (DAVIDSON; REID, 2021);</p> <p>Estudo de movimento australiano em prol da mudança de concepção do depósito legal para patrimônio documental digital (LEMON; SOMES, 2006);</p> <p>Estudo de caso sobre patrimônio imaterial digital como pertencente ao patrimônio bibliográfico/documental cultural da Espanha (DE PAZ, 2011);</p> <p>Conteúdo de governança eletrônica por mídias sociais como patrimônio digital (MOSWEU; NGOEPE, 2005).</p>
---------------------------------------	---

Preservação	<p>Indicação de que a responsabilidade pela preservação digital é de toda a sociedade e não apenas do Estado, sendo necessário ações de caráter privado para suprir a demanda material dos projetos de conservação (LIU; TSENG; HUANG, 2020);</p> <p>Estudos de caso sobre preservação de páginas da <i>internet</i> na Catalunha (LLUECA et al. 2018; LLUECA, 2019) e do Programa Nacional de Infraestrutura e Preservação da Informação Digital da Biblioteca do Congresso dos EUA (LEFURGY, 2018);</p> <p>Apontamento sobre a falta de tratamento para preservação dos materiais de campanhas publicitárias (PARRAS-PARRAS; RODRIGUEZ-CELA, 2012).</p>
Tecnologias	Estudos de casos sobre ciclo de vida de dados e objetos digitais museológicos (GALLOWAY, 2020) e de processos de digitalização (RUSSELL, 2013; OBERBICHLER et al., 2005).
Instrumentos de Organização do Conhecimento	Estudos sobre vocabulário controlado para curadoria de coleções digitalizadas e disponíveis on line pelas instituições de patrimônio (MARCONDES, 2011)

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ainda no escopo da WOS, a única pesquisa aplicada de abordagem quantitativa é a de Borrego (2021) que estuda as citações do repositório digital do patrimônio da Catalunha em trabalhos indexados pelo Google Scholar.

No âmbito das pesquisas básicas, os três artigos analisados na WOS versam sobre: a) incorporação, por parte de unidades de informação institucionais, de coleções digitais de amadores (Roued-Cunliffe, 2007); Princípios éticos e políticos na adoção de práticas para preservação e difusão de patrimônio nato digital ou digitalizado (LOR; BRITZ, 2017); direito autoral em objetos culturais digitalizados (SIMON; OCHANDO, 2021)

Por outro lado, os artigos analisados da produção brasileira demonstram o predomínio de pesquisas básicas como escopo de atuação dos pesquisadores. Apesar de todas serem também qualitativas, os resultados diferem, consideravelmente, do que retrata a produção internacional. No Brasil, os problemas de pesquisa básica se voltam, quase que exclusivamente, à conceituação dos termos que se relacionam ao Patrimônio Digital. O Quadro 7 sintetiza o escopo das pesquisas básicas arroladas nos artigos analisados.

Quadro 7. Conceitos problematizados nos artigos da BRAPCI

Conceitos	Artigos com problematização conceitual
Preservação Digital	THOMAZ (2007); GALINDO (2012); MILANI; MASSONI; MORIGI, (2020); VIANA (2019).

Documento ante a realidade digital e virtual	SILVA (2015).
Memória	SILVA <i>et al.</i> (2019); SILVA JÚNIOR; MOTA (2012); DODEBEI; GOUVEIA (2008).
Patrimônio digital e exposição virtual no campo museológico	CAVALCANTE (2007a).
Bem cultural digital	REIS; SERRES; NUNES (2016).

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Como se percebe, os 10 artigos citados no Quadro 7 procuram avançar na legitimação do patrimônio digital como campo de reflexão e atuação para os profissionais da informação. Em especial, chamam a atenção aos que se voltam para discussões sobre patrimônio cultural, material e imaterial, no campo da Museologia e do patrimônio documental no âmbito específico bibliográfico e/ou arquivístico. Verifica-se o forte vínculo com o conceito de memória, bem como sua preservação, e de documento, a primeira nas implicações com o ciberespaço e o segundo no aspecto cultural de mudança de seu suporte “físico” (papel) para o digital.

Comparando com as pesquisas de caráter básico do cenário internacional, não se verificam relações diretas entre os problemas ou objetos de investigação. As questões suscitadas pelos pesquisadores brasileiros são de caráter geral, com vistas às relações conceituais que contribuem para a compreensão do escopo digital e virtual do conceito de patrimônio. Em âmbito internacional, os problemas teóricos e conceituais avançam sobre questões específicas, como conceito de coleção digital pessoal, direitos autorais e princípios éticos na captura e utilização das imagens de bens culturais.

Já as pesquisas aplicadas desenvolvidas no Brasil apresentam estudos de caso interrelacionado o patrimônio digital às seguintes temáticas: a) Difusão: que pode se dar por meio de Exposições Virtuais (CAVALCANTE, 2007b), Repositórios Digitais (GRIMALDI et al., 2019) e Mídias Sociais (PADILHA; CAFÉ; SILVA, 2014); b) Tecnologias: construção de interfaces para acesso a patrimônio digital (ROZESTRATEN et al., 2015); c) Organização da Informação disponível *on line*: estudos de caso apresentados por Dodebei (2009, 2011). Neste aspecto, vê-se similitude entre o que se produziu no Brasil e no exterior, considerando os aspectos presentes nas pesquisas brasileiras com o que se descreve no Quadro 6.

## 6 Considerações finais

Este artigo é resultado de pesquisa que se constituiu como um primeiro movimento em busca da compreensão sobre a interface digital

do conceito de patrimônio na produção científica da área de Ciência da Informação. Identificou-se, de forma detalhada, o quantitativo de artigos e trabalhos publicados em âmbito nacional, os principais autores e temáticas aderentes ao assunto. Além disso, buscou uma aproximação com a produção internacional, a fim de constituir um comparativo no que diz respeito aos temas, objetos de pesquisa, problemas e perspectivas.

Cumprindo com os objetivos da pesquisa, foram identificados e analisados 34 artigos científicos. Destes, 16 representaram o escopo nacional da amostragem, todos indexados na BRAPCI e que cobrem um período de 13 anos, entre 2007 e 2020. Já a amostra internacional é composta por 18 artigos de acesso aberto indexados pela WOS como pertencentes à área *Library and Information Science*. A produção internacional abrange um período maior, 16 anos, e datam de 2005 a 2021. Esses dados comprovam a influência da Carta sobre a preservação do patrimônio digital, emitida pela Unesco em 2003. Por mais que o objeto digital seja “filho” do Século XX, a preocupação sobre sua preservação é do Século XXI, principalmente diante da realidade do ciberespaço e das transformações documentais advindas da rede mundial de computadores.

A análise comparativa dos cenários nacional e internacional trouxe dados importantes para aqueles que desejam aprofundar suas pesquisas sobre Patrimônio Digital. Embora o limite da amostragem não permita afirmações contundentes sobre distinções e tendências, os resultados apontam que no Brasil a preocupação maior foi com o caráter social da memória no ciberespaço, atrelada à necessidade de políticas públicas que se voltem à constituição patrimonial de bens digitais. Já nos países estrangeiros, as pesquisas se detiveram na realidade social do patrimônio digital e seu poder transformador na preservação e difusão da memória. Também fizeram parte das investigações as questões tecnológicas de difusão, educação, acesso e preservação deste tipo de patrimônio.

Quanto à forma de tratar o patrimônio digital como objeto de pesquisa, os dados são incisivos, especialmente no que diz respeito à finalidade das pesquisas e forma de abordagem metodológica. Nesse sentido, os resultados mostram significativas diferenças entre o que se pesquisa no Brasil e nos demais países. Enquanto o Brasil apresenta um percentual de 37,5% de pesquisa aplicada, a produção internacional tem um índice de 77,8% neste quesito.

Esse dado é significativo e deve provocar a comunidade nacional a reforçar no debate informacional contemporâneo o efeito dinâmico e catalizador do conceito de patrimônio, agora também na interface digital/virtual. Pontua-se como necessárias novas pesquisas ou a divulgação de projetos/iniciativas já existentes no escopo aplicado. Isso porque, esta tipologia de pesquisa tende a apresentar resultados

específicos e aplicáveis a determinada realidade, fomentando perguntas, críticas, divergências e, conseqüentemente, avanço científico e melhoria no tratamento deste tipo de patrimônio.

Na produção internacional, se destacam pesquisas sobre a inserção social do patrimônio digital, da sua preservação, de novas e diversificadas tecnologias e de instrumentos de organização da informação para facilitar o acesso. No Brasil, as pesquisas aplicadas se detiveram na difusão, tecnologias e organização da informação disponível na internet.

Não se pode, por outro lado, desmerecer o legado nacional de pesquisas básicas, algo encontrado de forma muito tímida no cenário internacional. Nesse aspecto, a reflexão sobre o conceito de preservação digital, do documento ante a realidade digital e virtual, bem como as inflexões da categoria memória e patrimônio no campo do ciberespaço fortalecem o cenário nacional e constituem importante ferramenta para a ação crítica e consciente dos profissionais da informação.

Por fim, esta pesquisa constatou que, por mais que a produção científica brasileira ainda seja limitada, há o reconhecimento da necessidade de se investir na temática, especialmente nos últimos anos. Isso caracteriza tendências de pesquisa, o que torna necessário o incentivo na realização de estudos voltados à esta temática no cenário nacional. É público e notório que as informações continuam se perdendo no ciberespaço, e estas podem até não ser consideradas como importantes neste momento, mas podem ser essenciais para as futuras gerações. No tocante aos objetivos da pesquisa, entende-se que todos foram alcançados e que os resultados advindos deste trabalho alimentarão novas e necessárias pesquisas.

## Referências

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 30-45, 2003.

ABREU, R. ; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ASSMANN, A. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas; Unicamp, 2011.

BANFI, F. Virtual museums and human-VR-computer interaction for cultural heritage application: new levels of interactivity and knowledge of digital models and descriptive geometry. *In: IOANNIDES, M. et al. (Ed.) Digital heritage: progress in cultural heritage: documentation,*

preservation, and protection. Cham (Switzerland): Springer, 2021. p.346-360.

BENHAMOU, F. *Economia do Patrimônio cultural*. São Paulo: SESC, 2016.

BORREGO, A. (2020). Measuring the Impact of Digital Heritage Collections Using Google Scholar. *Information Technology and Libraries*, v. 39, n.2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ital.v39i2.12053>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CAVALCANTE, L. E. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, n. 23, v. 12, p. 152-170, 2007a. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38763> Acesso em: 17 jan. 2022.

CAVALCANTE, L. E. Os percursos da memória: a exposição virtual cartes postales du Québec d'antan como fonte de informação histórica. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.17, n. 3, p.99-105, 2007b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91448> Acesso em: 17 jan. 2022.

CAPES. *Qualis Periódicos e classificação de produção intelectual*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/qualis-periodicos-e-classificacao-de-producao-intelectual>. Acesso em: 25 dez. 2020.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COLEY, S. Ethics, and digital heritage. In: IRELAND, T.; SCHOFIELD, J. (Eds.) *The ethics of cultural heritage*. New York: Springer, 2015. p.13-32.

CONARQ. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Documentos arquivísticos digitais*. Brasília: Conselho Nacional de Arquivos, 2016. Glossário. Disponível em: [http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016\\_glosctde.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf) Acesso em: 06 jan. 2020.

DAVIDSON, A.; REID, P.H. [2021]. Digital storytelling and participatory local heritage through the creation of an online moving image archive: a case-study of Fraserburgh on Film. *Journal of documentation*, Early Cite, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-09-2020-0157> Acesso em: 25 dez. 2020.

DE PAZ, L. Santos. Depósito Legal en línea: desafíos para su desarrollo en España. *Revista General de Información y Documentación*, v. 28, n.1, p.11-22, p.2018. <https://doi.org/10.5209/RGID.60814> Acesso em: 17 jan. 2022.

DIN, H.; WU, S. (Ed.). *Digital heritage and culture: strategy and implementation*. Singapore: WSPC, 2015.

DODEBEI, V. L. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *DataGramaZero*, n. 2, v. 12, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/7335> Acesso em: 07 jan. 2020.

DODEBEI, V. L. Digital virtual: o patrimônio do Século XXI. In: DODEBEI, V. L.; ABREU, R. (Orgs.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contracapa : Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008. p.11-32.

DODEBEI, V. L. Novos meios de memória: livros e leitura na época dos weblogs. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, n. esp. p. 129-143, 1. sem.2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91824> Acesso em: 25 dez. 2020.

DODEBEI, V. L.; GOUVEIA, I. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. *DataGramaZero*, n. 5, v. 9, 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/6345>. Acesso em: 07 jan. 2020.

GALINDO, M. L. O Dilemma do Pharmacon. *Ciência da Informação*, v. 41, n. 1, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/22210> Acesso em: 25 dez. 2020.

GALLOWAY, P. Retrocomputing, archival research, and digital heritage preservation: a computer museum and school collaboration. *Library Trends*, v. 59, n.4, p.623-636, 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos científicos*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, 2003. p. 25-33.

GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S.; ARAÚJO, B. M. Cartas patrimoniais e a preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia. *Informação & Informação*, v. 23, n. 3, p. 202-229, 2018.

GRIMALDI, S. S. L et. al. O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram. *Perspectivas em Ciência da Informação*, n. 4, v. 24, p. 51-77, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126874> Acesso em: 17 jan. 2022.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261- 273, jul./dez. 2006.

JEUDY, H. P. *Espelhos das cidades*. Rio de Janeiro; Casa da Palavra, 2005.

LE FURGY, W. Building preservation partnerships: the Library of Congress National Digital Information Infrastructure and Preservation Program. *Library Trends*, v. 54, n.1, p.163-172, Sum 2005.

LEMON, B.; BLINCO, K.; SOMES, B. Building NED: Open Access to Australia's Digital Documentary Heritage. *Publications*, v.8, n.2, 2020.

LÉVY, P. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIRA, Bruno Carneiro. *O passo a passo do trabalho científico*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LIU, J.S.; TSENG, M.H.; HUANG, T.K. Building Digital Heritage with Teamwork Empowerment. *Information Technology and Libraries*, v.24, n.3, p.130-140, 2005.

LLUECA, C. Archivando la Web, el proyecto Padicat (Patrimonio Digital de Cataluña). *El profesional de la información*, v. 15, n. 6, pp. 473-478, nov./dez. 2006.

LLUECA, C. *et al.* A ritmo de tweet: archivando elecciones 2.0. *El profesional de la Información*, v. 20, n. 3, p. 309-314, 2011.

LOR, P.J.; BRITZ, J.J. An ethical perspective on political-economic issues in the long-term preservation of digital heritage. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 63, n.11, p.2153-2164, nov. 2012.

MARCONDES, C. H. Towards a vocabulary to implement culturally relevant relationships between digital 14 collections in heritage institutions. *Knowledge Organization*, v.47, n.2, p.122-137, 2020.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MILANI, L.; MASSONI, L. F. H.; MORIGI, V. J. Virtualização da memória na ciência da informação brasileira. *Informação & Informação*, v. 25, n. 2, p. 100-123, 2020.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOSWEU, T.; NGOEPE, M. Here one moment, gone the next: a framework for liquid communication generated through social media platforms in the

Botswana public sector. *Journal of Information Management*, v.21, n.1, 2019.

OBERBICHLER, S. et al. Integrated interdisciplinary workflows for research on historical newspapers: perspectives from humanities scholars, computer scientists, and librarians. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v.73, p. 225-239, 2022.

PADILHA, R. C.; CAFÉ, L.; SILVA, E. L. O papel das instituições museológicas na sociedade da informação/conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.19, n. 2, p. 68-82, 2014.

PARRAS-PARRAS, A.; RODRÍGUEZ-CELA, J. Perspectivas sobre el patrimonio documental publicitario. Un estudio de caso en el panorama español: las agencias RECLAM y Está Pasando. *Revista Española De Documentación Científica*, v. 44, n. 3, e302. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/redc.2021.3.1809> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

POULOT, D. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS, M. G.; SERRES, J. C. P.; NUNES, J. F. I. Bens culturais digitais: reflexões conceituais a partir do contexto virtual. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 21, n. 45, p. 54-69, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38018> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

ROUED-CUNLIFFE, H. Collection building amongst heritage amateurs. *Collection and Curation*, v.36, n.3, p.108-114, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/CB-01-2017-0003> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

ROZESTRATEN, A. S et al. Reflexões sobre o patrimônio digital a partir da experiência do projeto Arquigrafia. *Liinc em revista*, v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93432> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

RUSSELL, A. Training professionals to preserve digital heritage: the School for Scanning. *Library Trends*, v.56, n. 1, pp.288-297, 2007.

SILVA, F. R. Preservação digital: um diagnóstico da literatura especializada brasileira. *Biblionline*, v. 11, n. 2, p. 57-72, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16562> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

SILVA, A. L. et al. Almamater: a herança cultural da Universidade de Coimbra em Acesso Aberto. *Ciência da Informação*, v. 48, n. 3, 2019.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136434> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

SILVA JÚNIOR, L. P. da; MOTA, V. G. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. *Ciência da Informação*, v. 41, n. 1, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/18288> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

SIMÓN L. F. R.; OCHANDO, M. B. Soluciones para el acceso en línea de obras con derechos de autor pertenecientes a las colecciones de las instituciones documentales y de patrimonio cultural. *Revista General de Información y Documentación*, v. 28, n. 2, p. 525-554, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/RGID.62838> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

TAIT, E. et al. Linking to the past: an analysis of community digital heritage initiatives. *Aslib Proceedings*, v.65, n.6, p.564-580, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/AP-05-2013-0039> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

THIESEN, I. *Memória institucional*. João Pessoa: UFPB, 2013.

THOMAZ, K. P. Repositórios digitais confiáveis e certificação. *Arquivística.net*, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50354> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

UNESCO. *Charter on the Preservation of the Digital Heritage*. Paris, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000179529.page=2> Acesso em: 12 de nov. 2021.

VIANA, K. M. Museu e indivíduo globalizado. *Memória e Informação*, v. 3, n. 2, p. 137-144, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/127423> Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

ZORICH, D. *A survey of digital cultural heritage initiatives and their sustainability concerns*. Washington, D. C.: Council on Library and Information Resources, 2003.